



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS



CONCURSO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO
ESTADUAL DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ
ROESSLER – FEPAM/2014

02 – ANALISTA – ADVOGADO

DATA: 22/03/2015

INSTRUÇÕES GERAIS

Caro Candidato:

Leia com o máximo de atenção e cumpra rigorosamente as **instruções** que seguem, pois elas são parte integrante da prova e das normas que regem este Concurso Público.

Confira atentamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo. Caso contrário, solicite aos fiscais da sala a sua substituição.

1. O caderno de provas contém **60 questões**.
2. **O tempo para a realização da prova é de 05 horas**, após a leitura destas instruções. Nesse tempo, está incluído o preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS** referente à prova objetiva.
3. Somente será permitido ao candidato sair da sala após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
4. Somente será permitido ao candidato levar o caderno de provas após transcorridas 2 (duas) horas do seu início.
5. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras a, b, c, d, e, sendo apenas **1 (uma) correta quanto à formulação proposta**.
6. Com o início da prova, encerra-se o tempo para qualquer questionamento: **o entendimento das questões é parte integrante da prova**.
7. É vedado ao candidato qualquer tipo de comunicação com pessoas e consulta a livros, revistas ou anotações, bem como o uso de máquina de calcular, fones de ouvido, celular ou qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Quanto à **FOLHA DE RESPOSTAS** – parte integrante desta prova – o candidato deve
 - a) assiná-la no local indicado;
 - b) preenchê-la, **assinalando nela somente uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, hachurando-a totalmente com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de ponta grossa suficientemente pressionada**, conforme exemplo: ●
 - c) devolvê-la aos fiscais de sua sala sem dobras e sem amassaduras, ao final da prova.
9. Serão **anuladas** as questões que apresentarem qualquer assinalação diferente da prevista na letra b do item 8, as não assinaladas ou as assinaladas em duplicidade, bem como as emendadas ou rasuradas ou com borraduras.

BOA PROVA!

• LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números **01** a **10** referem-se ao texto abaixo.

Serendipity

Ruben George Oliven

01 Há um termo que trata de descobertas casuais. Ele se chama serendipity e significa o dom
02 de atrair o conhecimento de coisas felizes ou úteis ou de fazer descobertas desejáveis por acaso.
03 A palavra foi cunhada em 1754 pelo escritor inglês Horace Walpole a partir do conto de fadas
04 persa *Os Três Príncipes de Serendip*. Seus heróis sempre achavam – acidentalmente ou por
05 sagacidade – coisas que não procuravam.

06 Mas ninguém é serendipitoso (sim, o termo existe no Houaiss) por acaso. No campo
07 científico há vários exemplos de serendipidade. Um dos mais famosos é a descoberta
08 “acidental” da penicilina por Alexander Fleming. Ele, que era um cientista bastante
09 desorganizado, saiu de férias em 1928 e se esqueceu de guardar de forma adequada algumas
10 placas com culturas de micro-organismos em seu laboratório no Saint Mary Hospital em
11 Londres. Ao voltar, viu que havia algo de estranho em uma das placas: a cultura de
12 estafilococos que ela continha havia sido contaminada por um bolor e, ao redor de suas
13 colônias, não havia mais bactérias.

14 A zona em volta do mofo – mais tarde identificada como um tipo raro de cepa de
15 *Penicillium notatum* – estava clara como se o mofo tivesse secretado algo que inibia o
16 crescimento das bactérias, ao passo que outras colônias mais distanciadas estavam normais.
17 Fleming teria então pronunciado a célebre frase “Isso é estranho”. Ele se deu conta de que esse
18 “molho de mofo” era capaz de matar um amplo espectro de bactérias nocivas, como o
19 estreptococo, o meningococo e o bacilo da difteria. Fleming e seu colega Pryce descobriram
20 um fungo do gênero *Penicillium* e demonstraram que ele produzia uma substância responsável
21 pelo efeito bactericida.

22 E assim surgiu a penicilina, um antibiótico que revolucionou a medicina e a vida moderna.
23 Como disse Fleming mais tarde, “Quando acordei naquela madrugada de 28 de setembro de
24 1928, eu certamente não planejava revolucionar toda a medicina descobrindo o primeiro
25 antibiótico do mundo, mas acho que foi exatamente isso que eu fiz”.

26 Mas teria Fleming dado atenção _____ esse achado do mofo, caso não estivesse
27 procurando um antibiótico? Na verdade, desde o final da I Guerra Mundial, depois de ter
28 testemunhado a morte de vários soldados devido _____ infecções causadas por feridas, ele
29 estava procurando agentes antibacterianos. Em 1927, ele já estava pesquisando estafilococos.
30 Seu olhar estava, portanto, treinado e direcionado _____ ver fenômenos que lhe pudessem
31 ajudar nesse caminho.

32 O forno de micro-ondas também tem seu descobrimento creditado _____ um acaso.
33 Em 1945, Percy Spencer era engenheiro autodidata da empresa norte-americana
34 Raytheon, fabricante de armas e instrumentos eletrônicos militares e comerciais. Ele notou que
35 as micro-ondas de um aparelho de radar no qual estava trabalhando fizeram derreter uma barra
36 de doces que ele tinha no bolso. Para testar seu achado, Spencer criou um campo de alta
37 densidade eletromagnética fazendo passar a energia de micro-ondas para uma caixa de metal da
38 qual ela não poderia escapar. Quando alguma comida era colocada nessa caixa, sua temperatura
39 subia rapidamente. Em seguida, a Raytheon registrou a patente do forno de micro-ondas.

40 Essa descoberta pode parecer casual, mas, _____ semelhança de Fleming, Spencer era
41 extremamente curioso e tinha se tornado uma das maiores autoridades em tubos de radar. Ele
42 desenvolveu um modo mais eficiente de fabricar magnétrons, as válvulas eletrônicas usadas
43 para gerar os sinais de rádio, que eram o principal mecanismo do radar. Ele estava, portanto,

44 atento a tudo que dizia respeito _____ micro-ondas e encontrava-se no caminho de inventar
45 o forno que hoje em dia se tornou um utensílio doméstico essencial.
46 Vários pensadores discutiram o papel da sorte no desenvolvimento da ciência e
47 argumentaram que mais importante que o acaso é a sagacidade para juntar fatos aparentemente
48 irrelevantes. Como disse Louis Pasteur, um dos pais da bacteriologia, “o acaso só favorece a
49 mente preparada”.

(Jornal ZH, Caderno PROA, 28/9/2014.)

01. A alternativa que completa corretamente as lacunas do texto (linhas 26, 28, 30, 32, 40 e 44), na ordem em que ocorrem, é
- a) a – a – a – a – à – a.
 - b) a – a – a – à – à – a.
 - c) a – à – a – à – a – a.
 - d) à – a – à – à – a – à.
 - e) à – à – à – a – à – à.

-
02. Sobre as ideias contidas no texto, considere as afirmações abaixo.
- I – Embora o significado do termo *serendipity* seja científico, sua origem é literária.
 - II – A descoberta de Fleming, um serendipitoso, revolucionou a medicina e foi tanto intencional quanto resultado do acaso.
 - III – A última frase do texto apresenta, em síntese, sua ideia central.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
 - b) Apenas a II.
 - c) Apenas a III.
 - d) Apenas a I e a II.
 - e) A I, a II e a III.
-
03. Apenas um dos termos abaixo corresponde ao sentido contextual de *sagacidade* (linha 05). Assinale-o.
- a) Estupidez.
 - b) Ardil.
 - c) Inépcia.
 - d) Estultice.
 - e) Perspicácia.
-
04. Todos os termos abaixo, extraídos do texto, desempenham, na frase em que se inserem, função adjetiva, **EXCETO**
- a) *inglês* (linha 03).
 - b) *serendipitoso* (linha 06).
 - c) *acidental* (linha 08).
 - d) *bastante* (linha 08).
 - e) *adequada* (linha 09).

05. Sobre sufixos de vocábulos do texto, considere as afirmações abaixo.
- I – O único sufixo adverbial, em português, que se acrescenta aos adjetivos e pode expressar circunstâncias de modo, quantidade e tempo é -mente, como em *acidentalmente* (linha 04).
 - II – Em *sagacidade* (linha 05), -dade é um sufixo formador de substantivos significando ação, resultado da ação, qualidade, estado.
 - III – O afixo -oso, em *serendipitoso* (linha 06), é um sufixo nominal que forma adjetivos denotadores de abundância.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

06. Sobre o uso de nexos do texto, analise as seguintes afirmações.
- I – A conjunção proporcional *ao passo que* (linha 16) poderia ser substituída por “conquanto”, sem prejuízo do sentido e da estrutura da frase em que ocorre.
 - II – O nexos *caso* (linha 26) poderia ser substituído por “se”, sem prejuízo do sentido e da estrutura da frase em que ocorre.
 - III – A conjunção *portanto* (linha 30) equivale em sentido ao nexos “contudo”, que poderia substituí-la sem provocar alterações semânticas e/ou sintáticas na frase em que ocorre.
 - IV – O nexos *para* da linha 43 desempenha a mesma função que *Para* da linha 36.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a II e a IV.
- d) Apenas a I, a II e a IV.
- e) Apenas a II, a III e a IV.

07. Caso se passasse para o plural o sujeito da primeira oração da frase *Ele notou que as microondas de um aparelho de radar no qual estava trabalhando fizeram derreter uma barra de doces que ele tinha no bolso*. (linhas 34 a 36), quantas **outras** palavras deveriam ser obrigatoriamente pluralizadas no período, a fim de se preservar a concordância?
- a) Cinco.
 - b) Quatro.
 - c) Três.
 - d) Duas.
 - e) Uma.

08. Na frase *Ele desenvolveu um modo mais eficiente de fabricar magnétrons, as válvulas eletrônicas usadas para gerar os sinais de rádio, que eram o principal mecanismo do radar*. (linhas 41 a 43), o termo que rege a primeira preposição "de" é
- a) desenvolveu.
 - b) modo.
 - c) eficiente.
 - d) fabricar.
 - e) magnétrons.

09. Passando-se a frase *a cultura de estafilococos que ela continha havia sido contaminada por um bolor e, ao redor de suas colônias, não havia mais bactérias*. (linhas 11 a 13) para a voz ativa, obtém-se a seguinte forma:
- a) a cultura de estafilococos que ela continha havia contaminado um bolor e, ao redor de suas colônias, não havia mais bactérias.
 - b) ela continha uma cultura de estafilococos que havia sido contaminada por um bolor, não havendo mais bactérias ao redor de suas colônias.
 - c) um bolor havia contaminado a cultura de estafilococos que ela continha e, ao redor de suas colônias, não havia mais bactérias.
 - d) ao redor de suas colônias, não havia mais bactérias, e a cultura de estafilococos que ela continha havia sido contaminada por um bolor.
 - e) a cultura de estafilococos que ela continha havia-se contaminado por um bolor e, ao redor de suas colônias, não havia mais bactérias.
-
10. Sobre a pontuação em frases do texto, analise as afirmações abaixo.
- I – Os travessões duplos das linhas 04 e 05 isolam adjunto composto deslocado e intercalado e, por isso, cumprem função análoga à dos parênteses, podendo, portanto, ser por estes substituídos.
 - II – Os dois-pontos da linha 11 marcam uma suspensão de voz em frase ainda não terminada e introduzem, no caso, uma enumeração.
 - III – A pontuação que precede e a que fecha a expressão *fabricante de armas e instrumentos eletrônicos militares e comerciais* (linha 34) é a mesma e ocorre pela mesma razão que a que antecede e encerra o sintagma *um dos pais da bacteriologia*, na linha 48.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a I e a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

• **LEGISLAÇÃO**

11. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, assegura o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público uma série de tarefas para assegurar a proteção desse direito.
- Assinale a tarefa que **NÃO** está prevista no dispositivo constitucional.
- a) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas.
 - b) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
 - c) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano e para o saneamento básico.
 - d) Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.
 - e) Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

12. A Lei nº. 6.938/81 elenca os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Assinale o instrumento que **NÃO** está contemplado na referida lei.
- a) Outorga do direito de usar a água.
 - b) Licenciamento ambiental.
 - c) Zoneamento ambiental.
 - d) Seguro ambiental.
 - e) Avaliação de impactos ambientais.
-
13. Considerando-se o disposto na legislação federal e na legislação estadual que regem a exigência de elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e de seu relatório (EIA/RIMA), assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.
- () A Resolução nº. 01/86 do CONAMA que regulamenta a realização do EIA/RIMA enumera exaustivamente as atividades sujeitas a esse tipo de estudo.
 - () A empresa executora do EIA/RIMA não poderá prestar serviços ao empreendedor, simultaneamente, quer diretamente, ou por meio de subsidiária ou consorciada, quer como projetista ou executora de obras ou serviços relacionados ao mesmo empreendimento objeto do EIA/RIMA.
 - () Compete ao empreendedor o custeio dos honorários da equipe encarregada da elaboração do EIA/RIMA, sujeitando-se, ele e os profissionais que subscreveram os estudos, à responsabilidade pelas informações apresentadas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
 - b) V – F – F.
 - c) F – V – V.
 - d) F – V – F.
 - e) F – F – F.
-
14. Considerando-se o disposto na Lei Complementar nº. 140/2011, na Lei nº. 6.938/81 e na Resolução nº. 237/97 do CONAMA, no que se refere ao licenciamento ambiental, é **INCORRETO** afirmar que
- a) os Municípios, para licenciarem os empreendimentos de impacto local, deverão ter implementado os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e de participação social e, ainda, possuir órgão ambiental capacitado.
 - b) o licenciamento ambiental de obras e atividades em zona costeira será realizado pelo IBAMA, ouvido o Município que sediar o empreendimento.
 - c) a atuação supletiva, em matéria de licenciamento ambiental, é a ação do ente federativo que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições.
 - d) os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo.
 - e) compete ao Conselho Estadual de Meio Ambiente definir a tipologia das atividades de impacto local, para fins de definição da competência municipal para o licenciamento ambiental.

15. O instrumento por meio do qual o proprietário ou possuidor de imóvel pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante o órgão ambiental integrante do SISNAMA, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes denomina-se
- reserva legal.
 - área de proteção ambiental.
 - servidão ambiental.
 - tombamento ambiental.
 - área especial de interesse ambiental.

16. No que se refere à responsabilidade civil por danos ambientais e às ações para reparação do dano, é correto afirmar que, por meio da ação civil pública,
- o Ministério Público e demais legitimados, nos termos da Lei nº. 7.347/85, postulam a cessação do ato lesivo ao meio ambiente, a restauração das áreas degradadas e a indenização pelos danos ambientais irreversíveis.
 - o órgão ambiental competente para o licenciamento ambiental pode promover a interdição da atividade poluidora.
 - as vítimas do dano ambiental requerem ao juiz a reparação dos respectivos prejuízos materiais e morais.
 - o cidadão requer a anulação da licença ambiental reputada lesiva ao meio ambiente.
 - o Ministério Público e demais órgãos públicos legitimados, nos termos da Lei nº. 7.347/85, requerem ao juiz a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta para reparação dos danos ambientais.

17. Assinale **V** para as afirmações verdadeiras e **F** para as falsas, no que se refere ao Sistema Nacional das Unidades de Conservação.
- A Área de Proteção Ambiental, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, é constituída apenas por terras públicas.
 - A Unidade de Conservação de Proteção Integral somente pode ser alterada para uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável por meio de lei.
 - Apenas a Área de Proteção Ambiental e a Reserva Particular do Patrimônio Nacional não têm zona de amortecimento.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- V – V – V.
 - V – F – F.
 - F – V – V.
 - F – V – F.
 - F – F – F.
18. Assinale a alternativa que **NÃO** contempla uma área protegida como Área de Preservação Permanente, nos termos da Lei Federal nº. 12.651/12 e da Lei Estadual nº. 11.520/2000.
- Os banhados.
 - As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, incluindo os efêmeros, em largura mínima definida em lei.
 - As áreas no entorno de lagos e lagoas naturais, em faixas com largura mínima definida em lei.
 - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros.
 - As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

19. Quanto à responsabilidade administrativa por infrações ambientais, considere as seguintes assertivas.
- I – A reparação do dano ambiental afasta a incidência da multa por infrações administrativas.
 - II – O órgão ambiental poderá apreender os petrechos e equipamentos utilizados para a prática da infração, interditar ou suspender as atividades independentemente de qualquer requerimento ao Poder Judiciário.
 - III – A multa simples e a multa diária poderão ser aumentadas em até três vezes de acordo com a vantagem auferida pelo infrator, o que deverá ser apurado quando da lavratura do auto de infração.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.

20. Quanto à responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevista na Lei nº. 9.605/98, é correto afirmar que
- a) a pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido na Lei nº. 9.605/98, terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
 - b) a responsabilização criminal da pessoa jurídica somente é possível quando não se puder identificar a pessoa física que determinou a prática do crime ambiental.
 - c) as penas previstas para a pessoa jurídica são multa, apreensão de petrechos utilizados para a prática da infração, interdição da atividade e prestação pecuniária.
 - d) a extinção da pessoa jurídica implicará responsabilização criminal da pessoa física.
 - e) prescreve em 3 (três) anos a pretensão punitiva em relação à pessoa jurídica.

21. Com amparo na Lei nº. 8.666/93, considere as seguintes assertivas.
- I – O projeto básico, consistente no conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou o serviço a ser licitado, deverá prever, dentre outros requisitos técnicos, o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.
 - II – Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
 - III – O autor do projeto, básico ou executivo, não poderá participar, direta ou indiretamente da licitação ou da execução de obra ou serviço ou do fornecimento de bens a ela necessário, salvo se comprovar notória especialização na obra ou no serviço a ser prestado.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.

22. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº. 9.433/97: _____, o enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga dos direitos de uso, _____ e a avaliação ambiental integrada para aproveitamento energético.

Assinale a alternativa cujos termos preencham, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima.

- a) os planos de recursos hídricos – o licenciamento ambiental
- b) os planos de recursos hídricos – a cobrança pelo uso de recursos hídricos
- c) o Plano Diretor – a avaliação de impacto ambiental
- d) o plano de recursos hídricos – o Plano Diretor
- e) a avaliação ambiental de bacias hidrográficas – a cobrança pelo uso de recursos hídricos

23. Com amparo nos dispositivos constitucionais que regem a Administração Pública, considere as seguintes assertivas.

- I – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- II – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- III – Como regra geral, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.

24. Com amparo no Código Estadual do Meio Ambiente – Lei nº. 11.520/2000, toda a atividade de elevado potencial poluidor ou processo de grande complexidade, ou ainda de acordo com o histórico de seus problemas ambientais, deverá, às expensas e responsabilidade de quem lhe deu causa,

- a) submeter-se à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
- b) realizar auditorias ambientais periódicas.
- c) requerer licenciamento ambiental corretivo.
- d) pagar compensação ambiental.
- e) realizar avaliação ambiental integrada.

25. Com amparo na Lei nº. 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, considere as seguintes assertivas.
- I – O parcelamento do solo para fins urbanos poderá ser realizado tanto em zonas urbanas como em zonas rurais, desde que assim estabelecido pelo Plano Diretor.
 - II – É vedado o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.
 - III – Constitui crime, sujeito à pena de reclusão e de multa, dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as determinações legais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

-
26. A Mata Atlântica é _____, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Assinale a alternativa cujo segmento completa corretamente a lacuna da frase acima.

- a) área de relevante interesse ecológico
- b) área de preservação permanente
- c) patrimônio nacional
- d) bem tombado por seu valor cultural e por sua biodiversidade
- e) bem de domínio público

-
27. No que se refere à Política Nacional do Saneamento Básico, nos termos da Lei nº. 11.445/2007, considere as seguintes assertivas.

- I – Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.
- II – O saneamento básico compreende o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas.
- III – O plano de saneamento básico é uma das condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços de saneamento básico.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.

28. Com amparo na Lei nº. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, considere as seguintes assertivas.
- I – A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
 - II – O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou da atividade pelo órgão competente.
 - III – No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador poderá exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos ambientais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.

29. Assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas, considerando a Política Estadual de Irrigação no Estado do Rio Grande do Sul, instituída pela Lei nº. 14.328/13.
- () A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, o licenciamento ambiental ou a dispensa destes por tempo determinado e para finalidades específicas são pressupostos para a obtenção do financiamento da implantação, da ampliação e do custeio de projetos de irrigação.
 - () O uso das águas para irrigação e atividades decorrentes, por pessoas físicas ou jurídicas, em Projetos Públicos de Irrigação, dependerá de prévia concessão ou autorização do Poder Executivo, após processo seletivo precedido de edital público.
 - () Os requisitos para a isenção do licenciamento ambiental para situações específicas serão definidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica da região onde se localizar o empreendimento de irrigação.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) F – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

30. No que se refere à responsabilização civil, administrativa e criminal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente pela produção, comercialização, utilização, transporte ou destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, analise as seguintes assertivas.
- I – O profissional fica sujeito à responsabilização quando comprovada receita errada, displicente ou indevida.
 - II – Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos fica sujeito à pena de reclusão e multa.
 - III – O usuário é obrigado a devolver as embalagens vazias de agrotóxicos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos ou a centros de recolhimento licenciados pelo órgão ambiental competente.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

• **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Direito Administrativo

31. As Agências Reguladoras podem ser classificadas como
- a) entes integrantes da Administração Pública direta da União.
 - b) autarquias de regime comum.
 - c) autarquias de regime especial.
 - d) fundações públicas de caráter fiscalizatório.
 - e) empresas públicas federais.
-
32. O direito da Administração de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
Esse direito está contido no princípio
- a) da moralidade.
 - b) da impessoalidade.
 - c) da legalidade.
 - d) da segurança jurídica.
 - e) do interesse público.
-
33. Um prédio utilizado para a instalação de uma unidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, diferenciada de sua sede, é classificado como
- a) de uso comum do povo.
 - b) de uso especial.
 - c) dominial ou dominical.
 - d) de utilização diferenciada.
 - e) bem devoluto.

34. Sobre contratos administrativos, é correto afirmar que
- somente poderão ser alterados por acordo das partes, firmado por escrito.
 - podem ser alterados de forma unilateral pela Administração Pública, nos casos previstos em lei e com a devida justificativa.
 - não admitem que as partes, mediante acordo, realizem a substituição da garantia de execução prestada quando da formalização do contrato.
 - não admitem a alegação de exceção de contrato não cumprido.
 - não admitem recebimento provisório.

Direito Constitucional

35. O conceito de constituição pode ser concebido a partir de diversos enfoques, dentre os quais está a construção teórica desenvolvida por Ferdinando Lassale, segundo a qual a constituição deve representar o efetivo poder social, refletindo as forças sociais que o constituem, sendo ela, portanto, o somatório dos fatores do poder dentro da sociedade.

Essa é a concepção de constituição no sentido

- sociológico.
 - político.
 - material.
 - formal.
 - jurídico.
-
36. Em relação à classificação da Constituição Federal brasileira atual, analise as seguintes afirmações.
- Pode ser considerada como Constituição flexível, pois admite a sua alteração por meio de emendas, aprovadas após regular processo administrativo.
 - É considerada Constituição dogmática, pois resulta dos trabalhos de um órgão constituinte, sistematizando as ideias e os princípios fundamentais da teoria política e do Direito dominante no momento.
 - Pode ser classificada como Constituição outorgada quanto à sua origem, sendo fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita diretamente pelo povo para, em nome dele, atuar, nascendo, portanto, da deliberação da legítima representação popular.

Quais estão corretas?

- Apenas a I.
- Apenas a II.
- Apenas a III.
- Apenas a I e a II.
- Apenas a II e a III.

37. Na interpretação constitucional, a teoria dos poderes implícitos
- representa técnica incompatível com o reconhecimento da hierarquia das normas constitucionais, por isso não é admitida no Direito brasileiro.
 - representa a outorga de poder ao Judiciário para, por meio dos Tribunais e juízes, controlar o adequado exercício das funções dos órgãos estatais, verificando a sua adequação aos termos da Constituição Federal.
 - é admitida pela doutrina constitucionalista, mas rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal por entender que a outorga de poderes aos órgãos estatais deve ser expressa.
 - indica o reconhecimento de que os Poderes do Estado são autônomos e independentes, sendo a ingerência recíproca entre eles situação excepcional.
 - indica que a outorga de competência expressa a determinado órgão estatal importa em deferimento implícito, a esse mesmo órgão, dos meios necessários à integral realização dos fins que lhe foram atribuídos.
-

38. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é de competência
- originária do Supremo Tribunal Federal.
 - originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - dos Tribunais Regionais Federais.
 - dos Tribunais de Justiça das Unidades da Federação.
 - do julgador de primeiro grau.
-

39. Considerando a conhecida classificação dos Direitos Fundamentais em dimensões, o direito ao meio ambiente é classificado como de _____ dimensão.

A palavra que completa corretamente a lacuna da frase acima é

- primeira.
 - segunda.
 - terceira.
 - quarta.
 - quinta.
-

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

40. Assinale, dentre as alternativas que seguem, aquela que **NÃO** corresponde à característica essencial para a existência da relação de emprego.
- Subordinação.
 - Não eventualidade.
 - Onerosidade.
 - Pessoalidade.
 - Exclusividade.

41. Analise as seguintes afirmações sobre o pagamento de adicional noturno na relação de emprego.
- I – O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos legais.
 - II – O empregado que for transferido para o período diurno deixará de ter direito ao adicional noturno.
 - III – Na ocorrência de horário misto, ou seja, que abranja períodos diurno e noturno, é devido ao empregado o adicional noturno sobre toda a jornada.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
 - b) Apenas a II.
 - c) Apenas a III.
 - d) Apenas a I e a II.
 - e) Apenas a II e a III.
-
42. A procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento da reclamatória trabalhista
- a) não autoriza a propositura de ação rescisória ou de mandado de segurança.
 - b) autoriza o ajuizamento de ação rescisória, mas não o ajuizamento de mandado de segurança.
 - c) não autoriza o ajuizamento de ação rescisória e a interposição de recurso, mas autoriza o ajuizamento de mandado de segurança.
 - d) autoriza a interposição de recursos e a impetração de mandado de segurança, mas não o ajuizamento de ação rescisória.
 - e) autoriza o ajuizamento de qualquer demanda na Justiça do Trabalho, na defesa dos interesses do empregado.
-
43. No Processo do Trabalho, nas causas de procedimento sumaríssimo, o recurso de revista
- a) não é admitido.
 - b) somente será admitido quando houver violação direta ao texto de legislação federal.
 - c) somente terá cabimento por violação de lei federal, por divergência jurisprudencial ou por ofensa à Constituição Federal.
 - d) somente será admitido por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ou por violação direta da Constituição Federal.
 - e) somente será admitido por violação de lei federal ou por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
-
44. No processo trabalhista, os embargos de declaração interpostos em relação à sentença ou acórdão
- a) deverão ser interpostos no prazo de oito dias.
 - b) poderão, eventualmente, produzir efeito modificativo, que somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária.
 - c) suspendem o prazo para interposição de outros recursos.
 - d) interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, mesmo quando intempestivos.
 - e) servem para a correção de erros materiais, pois estes não podem ser corrigidos de ofício pelo julgador.

Direito Processual Civil

45. No Processo Civil, o recurso cabível em relação à decisão que indefere a petição inicial, reconhecendo a carência de ação por ilegitimidade ativa, é
- o agravo de instrumento.
 - a apelação.
 - o recurso inominado.
 - o recurso de embargos infringentes.
 - o agravo legal.
-
46. O litisconsórcio presente em ação de cobrança proposta em relação a dois devedores não solidários, quanto aos efeitos da sentença, pode ser classificado como
- facultativo.
 - necessário.
 - simples.
 - unitário.
 - multitudinário.
-
47. Em uma ação cível, julgada improcedente a ação principal, a denunciação da lide
- perde o objeto.
 - é indeferida.
 - é julgada improcedente.
 - é julgada procedente.
 - pode ser julgada procedente ou improcedente, conforme o caso concreto.
-
48. Analise as seguintes afirmações sobre a ação rescisória no Processo Civil.
- A ação rescisória deve ser interposta no prazo decadencial de um ano, salvo em relação à Fazenda Pública e ao Ministério Público, que possuem prazo de dois anos para a sua interposição.
 - O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.
 - O ajuizamento da ação rescisória suspende o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.
- Quais estão corretas?
- Apenas a I.
 - Apenas a II.
 - Apenas a III.
 - Apenas a I e a II.
 - Apenas a II e a III.
-
49. Em mandado de segurança de competência originária de Tribunal de Justiça do Estado, a decisão que denegar a segurança poderá ser atacada por meio de recurso
- de apelação.
 - especial.
 - extraordinário.
 - ordinário.
 - de embargos infringentes.

50. Determinado cidadão ajuizou ação popular visando a discutir a ocorrência de dano ambiental. A sentença julgou improcedente o pedido do autor. Nesse caso,
- a) a sentença será sujeita ao duplo grau de jurisdição.
 - b) não haverá coisa julgada formal ou material.
 - c) haverá a condenação do autor nos ônus da sucumbência.
 - d) somente o autor da ação poderá interpor recurso.
 - e) o autor será condenado nas penas da litigância de má-fé.

Direito Ambiental

51. Na hipótese de licenciamento ambiental para a implantação de um empreendimento para aproveitamento hidrelétrico em um rio interestadual, que importe em impactos indiretos em parque de domínio do Estado, o licenciamento ambiental, de acordo com a Lei Complementar nº. 140/2011, deverá ser realizado
- a) em conjunto entre o IBAMA e o órgão ambiental do Estado que instituiu a Unidade de Conservação.
 - b) pelo órgão ambiental do Estado que instituiu a Unidade de Conservação.
 - c) pelo IBAMA.
 - d) pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
 - e) pela Comissão Tripartite Nacional.
-
52. Quanto à exigência de elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e de seu respectivo relatório – EIA/RIMA, analise as seguintes afirmações.
- I – O EIA/RIMA poderá ser substituído por estudos simplificados desde que a atividade objeto do licenciamento ambiental esteja prevista no zoneamento ecológico-econômico do Estado.
 - II – Considerando-se o caráter exemplificativo da Resolução nº. 01/86 do CONAMA, o órgão licenciador deve exigir a elaboração de EIA/RIMA como condição à emissão de Licença Prévia sempre que verificar que a atividade tem o potencial de causar significativa degradação ambiental.
 - III – Para empreendimentos imobiliários em zona urbana, a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança substitui a elaboração de EIA/RIMA.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) Apenas a II e a III.

53. Em relação aos preceitos da Lei nº. 9.985/2000 e de seu regulamento, que instituem o Sistema Nacional das Unidades de Conservação, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
 - b) A aplicação dos recursos da compensação ambiental deve obedecer à seguinte ordem de prioridade: regularização fundiária e demarcação das terras; elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; aquisição de bens e serviços necessários à criação de nova unidade de conservação, e desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e da área de amortecimento.
 - c) A unidade de conservação deve ser criada por lei, após a realização de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar os limites territoriais da unidade e de sua zona de amortecimento.
 - d) Exceto a Área de Proteção Ambiental e a Reserva Particular do Patrimônio Natural, as unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento.
 - e) A área de uma unidade de conservação do grupo de proteção integral é considerada zona rural.

54. Com amparo na Lei nº. 12.651/12, que institui o Código Florestal, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.
- () A vegetação situada em área de preservação permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sendo que esta obrigação é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
 - () A reserva legal, consistente em percentual mínimo e variável conforme a região do país, a ser conservada com cobertura de vegetação nativa deverá ser averbada à margem da matrícula imobiliária, independentemente da inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR.
 - () A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente poderá ser autorizada em hipóteses de utilidade pública, de interesse social, de baixo impacto ambiental e em outras situações, não previstas nesta lei, desde que amparadas em estudos técnicos.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – F – F.
- c) F – V – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

55. Diante do que preveem a Lei Complementar nº. 140/2011, a Lei Federal nº. 9.605/98 e a Lei Estadual nº. 11.520/2000 a respeito da responsabilização administrativa por infrações ambientais, assinale a assertiva que completa corretamente o enunciado.
- O órgão ambiental municipal, ao se deparar com a construção de uma obra dentro de um Parque Estadual, em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental, deverá
- comunicar o ilícito ao órgão ambiental estadual, a fim de que este adote as providências cabíveis com vistas à mitigação do dano ambiental.
 - ingressar com ação inibitória, por meio de sua procuradoria jurídica, com o objetivo de impedir a conclusão da obra.
 - embargar a obra a fim de fazer cessar a degradação ambiental, comunicando ao órgão ambiental estadual as medidas adotadas.
 - lavar o auto de infração e impor multa administrativa, recolhendo-a para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, dada sua competência supletiva.
 - comunicar o fato ao Ministério Público, postulando que este ajuíze ação civil pública, com vistas ao impedimento da obra.

-
56. Considere as seguintes assertivas a respeito da responsabilidade civil ambiental.
- A instituição financeira pode ser responsabilizada solidariamente por danos ambientais praticados diretamente pela atividade financiada, desde que comprovada sua negligência quanto à liberação dos recursos.
 - Se o órgão ambiental que tiver ciência da prática da infração ambiental deixar de intervir para inibir o agravamento do dano, poderá ser responsabilizado solidariamente pela degradação, na condição de poluidor indireto.
 - O princípio da reparação integral do dano ambiental permite a cumulação de pedidos em ação civil pública, compreendendo a imposição de obrigações voltadas à restauração da área degradada e de obrigações voltadas ao pagamento de indenização por danos irreversíveis e por danos morais coletivos.

Quais estão corretas?

- Apenas a I.
- Apenas a II.
- Apenas a III.
- Apenas a I e a II.
- Apenas a II e a III.

57. Com amparo na Lei Federal nº. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e na Lei Estadual nº. 9.921/93, que dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.
- () As pessoas físicas ou jurídicas obrigadas a elaborar os respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos são corresponsáveis pela remediação da área contaminada, pois a contratação de terceiros para a destinação final não exclui sua responsabilidade pelos danos decorrentes do gerenciamento inadequado dos rejeitos.
 - () A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, exclui os geradores de resíduos sólidos domiciliares, que têm cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta.
 - () Ficam sujeitos à logística reversa os agrotóxicos, as pilhas e baterias, as lâmpadas fluorescentes e demais resíduos perigosos, assim definidos em Lei ou Regulamento.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) V – F – F.
- d) F – V – V.
- e) F – F – F.

58. A respeito do regime jurídico da água e dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, considere as seguintes assertivas.
- I – A água é um bem de domínio público e a concessão da outorga para o direito de usar a água não importa em sua alienação.
 - II – Nas hipóteses de utilidade pública ou de interesse social, a outorga do direito de uso da água poderá ser substituída pelo licenciamento ambiental.
 - III – A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa definitivamente mediante pagamento de indenização ao titular.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.

59. Com amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na Lei nº. 9.605/98, que dispõe sobre os crimes ambientais e as infrações administrativas, é **INCORRETO** afirmar que
- a) a colaboração do réu com os agentes de fiscalização ambiental constitui circunstância que atenua a pena.
 - b) a pessoa jurídica somente poderá ser processada por crime ambiental se da denúncia constarem as pessoas físicas que deliberaram pela prática criminosa e que executaram as condutas típicas.
 - c) é crime, sujeito à pena de reclusão e multa, a elaboração ou apresentação, no licenciamento ambiental, de laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.
 - d) constitui ilegalidade, passível de responsabilização criminal, deixar o funcionário público responsável pela condução do processo de licenciamento ambiental de exigir o EIA/RIMA para obra ou atividade de significativa degradação ambiental, assim considerada pela Resolução nº. 01/86 do CONAMA.
 - e) a pena de multa será calculada segundo os critérios do Código Penal e, se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

60. Considere a seguinte situação hipotética.

O órgão ambiental estadual está prestes a emitir uma Licença Prévia para a instalação de uma Central de Resíduos Industriais em área onde existem banhados e nascentes, com amparo em um Relatório Ambiental Simplificado – RAS. A comunidade do entorno, inconformada com os prováveis riscos para a saúde humana, solicitou ao órgão ambiental que realizasse audiência pública, o que lhe foi negado, sob o argumento de que o ato seria meramente protelatório.

Diante disso, analise as seguintes assertivas.

- I – A comunidade, representada por uma Associação, poderá ajuizar ação civil pública para inibir a emissão da Licença Prévia, mesmo que ainda não exista dano ambiental reparável.
- II – Qualquer cidadão, independentemente de ser morador da região sujeita ao impacto negativo, poderá ingressar com ação popular para impedir a emissão da Licença Prévia.
- III – Se a Central de Resíduos Industriais causar danos ao meio ambiente, o valor da indenização, fixado na sentença proferida em ação civil pública, poderá ser destinado à comunidade lesada.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) A I, a II e a III.